

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE E SEUS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE: REFLEXÕES A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS DO PPSUS

Isadora Moraes Duarte de Vasconcelos; Stela Lopes Soares; Cleide Carneiro

RESUMO

A precarização do trabalho docente configura-se como fenômeno estrutural que impacta a EPS. A qualidade, a continuidade e o sentido político-pedagógico das ações de EPS são comprometidos. Este artigo analisa criticamente esses impactos na EPS de políticas públicas. Baseia-se em experiências de docentes e pesquisadores no PPSUS (2017–2023). A abordagem privilegiou análise qualitativa de registros de campo e produtos formativos. Também considerou narrativas dos sujeitos diretamente envolvidos. A reflexão construída é situada e implicada com a realidade dos territórios. Os achados foram organizados em três dimensões interdependentes. Primeiro: descontinuidade e fragilização das ações de EPS pela instabilidade laboral. Segundo: estratégias de resistência e reinvenção pedagógica dos educadores. Terceiro: limites estruturais das políticas públicas como indutor crítico no SUS. Os resultados mostram desafios que comprometem a sustentabilidade pedagógica. Ainda assim, há esforço persistente em manter práticas formativas potentes. Conclui-se que fortalecer a EPS exige mais do que resiliência individual. Políticas públicas devem valorizar o trabalho docente com financiamento e dimensão pedagógica explícita.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Permanente em Saúde. Precarização Docente. Formação em Saúde.

Precarization of Teaching Work and Its Impacts on Permanent Health Education: Reflections from PPSUS Experiences

The precarization of teaching work is a structural phenomenon that significantly affects the quality, continuity, and political-pedagogical meaning of Permanent Health Education (EPS), especially within public policy contexts. This article critically analyzes the impacts of precarization on EPS actions, based on the systematization of experiences from educators and researchers involved in projects developed under the Research Program for the SUS (PPSUS) between 2017 and 2023. The methodological approach prioritized qualitative analysis of field notes, educational materials, and narratives from the participants themselves, enabling a situated and engaged reflection with the realities of the territories. The findings were structured into three interdependent dimensions: the discontinuity and weakening of EPS actions due to unstable working conditions; the strategies of resistance and pedagogical reinvention mobilized by educators; and the structural limits of EPS as a public policy with transformative potential in the SUS. Despite the challenges imposed by precarization, there is a persistent effort to sustain meaningful educational practices, often without institutional recognition. The study concludes that strengthening EPS requires more than individual resilience. It demands public

policies that recognize the central role of teaching work in knowledge production and in qualifying the SUS, through professional appreciation, adequate funding, and explicit inclusion of the pedagogical dimension in research programs.

keywords: Permanent Health Education. Teacher Precarization. Health Training.

INTRODUÇÃO

A Educação Permanente em Saúde (EPS) constitui um dos pilares estratégicos do Sistema Único de Saúde (SUS) para a qualificação contínua dos trabalhadores, promovendo transformações nas práticas em saúde a partir da problematização do cotidiano dos serviços. Alinhada aos princípios da integralidade, da participação e da democratização do conhecimento. A EPS requer condições institucionais e humanas favoráveis à formação crítica e à construção coletiva do saber. No entanto, a consolidação dessa política pública enfrenta desafios estruturais que se agravam diante da crescente precarização do trabalho docente e das relações laborais no campo da saúde.

A precarização do trabalho docente, entendida como a intensificação das exigências laborais acompanhada da instabilidade contratual, da fragmentação das atividades formativas e da desvalorização profissional, impacta diretamente os processos educativos em saúde. Ademais, essa precarização, marcada por vínculos temporários, sobrecarga de trabalho, falta de reconhecimento institucional e escassez de recursos, tem sido amplamente discutida em estudos sobre o trabalho em saúde e educação (Antunes, 2018; Oliveira, 2020).

Logo, esse fenômeno ganha contornos específicos quando analisado no contexto de programas estratégicos como o Programa de Pesquisa para o SUS (PPSUS), que articula ensino, serviço e pesquisa para responder às demandas regionais de saúde. Pois, no campo da Educação Permanente em Saúde, tais condições impactam diretamente a qualidade e a continuidade das ações formativas, comprometendo a efetividade das estratégias voltadas à transformação das práticas no SUS.

O Programa de Pesquisa para o SUS (PPSUS), ao incentivar projetos que integram pesquisa e práticas de saúde, oferece uma oportunidade concreta para refletir sobre o papel dos docentes-formadores nas ações de EPS. A experiência de implementação do PPSUS evidencia tanto os potenciais da formação em serviço,

quanto as limitações impostas pelas condições de trabalho precárias enfrentadas pelos profissionais envolvidos na docência e pesquisa aplicada à saúde. Porém, embora o PPSUS seja reconhecido por fomentar a produção de conhecimento vinculado às necessidades do SUS, sua execução revela tensões entre os objetivos formativos e as condições reais de trabalho de docentes e pesquisadores envolvidos.

Nesse cenário, emerge a necessidade de refletir criticamente sobre como a precarização das condições de trabalho influencia a condução e os resultados das ações de EPS no âmbito do SUS. Desta forma, esse tema propõe discutir como a precarização docente se manifesta no contexto da EPS, sobretudo em tempo de crise estrutural do capital, e quais são seus efeitos nos processos formativos desenvolvidos por meio de políticas como o PPSUS, considerando tanto as potencialidades quanto os entraves enfrentados por educadores e instituições.

Considerando a Educação Permanente em Saúde como uma diretriz estratégica do SUS que busca transformar práticas e reorganizar o trabalho em saúde a partir das necessidades concretas dos serviços e dos usuários (BRASIL, 2007), devemos considerar a atuação de educadores, tutores e facilitadores que, muitas vezes, são docentes vinculados a instituições públicas de ensino superior. Então, quando se apontam fragilidades dos vínculos institucionais, os limites no financiamento e a ausência de políticas de valorização profissional, esses fatores tendem a comprometer a continuidade e a qualidade das práticas formativas.

Ainda assim, observa-se que docentes e pesquisadores mobilizam estratégias de resistência, sustentando o compromisso ético e político com uma formação emancipadora. No contexto do Programa de Pesquisa para o SUS (PPSUS), ao incentivar projetos que integram pesquisa e práticas de saúde, oferece uma oportunidade concreta para refletir sobre o papel dos docentes-formadores nas ações de EPS. A experiência de implementação do PPSUS evidencia tanto os potenciais da formação em serviço, quanto as limitações impostas pelas condições de trabalho precárias enfrentadas pelos profissionais envolvidos na docência e pesquisa aplicada à saúde.

Com base nessas premissas, o presente estudo tem como objetivo compreender os impactos da precarização do trabalho docente nas ações de Educação Permanente em Saúde, a partir da experiência vivenciada no PPSUS. Ao lançar luz sobre esse tema, busca-se contribuir para o debate sobre a valorização

dos profissionais da educação em saúde e para o fortalecimento das políticas públicas que articulam formação, trabalho e pesquisa no SUS.

A seguir, fica exposto a seção de Revisão de Literatura, estruturada em três eixos temáticos que dialogam diretamente com a problemática do artigo: 1) Precarização do trabalho docente no campo da saúde; 2) Educação Permanente em Saúde (EPS) como política pública e estratégia formativa; 3) O Programa Pesquisa para o SUS (PPSUS) e os desafios da integração entre formação, trabalho e pesquisa.

Precarização do trabalho docente no campo da saúde

A precarização do trabalho docente tem sido alvo de amplas análises no campo das políticas educacionais e da sociologia do trabalho, especialmente quando associada ao setor público e à formação em saúde. No entanto, diversos estudos (Antunes, 2018; Oliveira; Delgado, 2020; Frigotto, 2015) denunciam a intensificação da precarização do trabalho docente, impulsionado pelas transformações nas políticas de gestão do trabalho e pelas reformas neoliberais que atingem o setor público. Tais condições afetam especialmente docentes que atuam em instituições públicas, muitas vezes submetidos à lógica da flexibilização e da instabilidade (Antunes, 2018; Frigotto, 2015).

De acordo com Antunes (2018), a precarização se configura como um processo de flexibilização, desregulamentação e fragilização das relações laborais, afetando diretamente a estabilidade, a remuneração e as condições de exercício da docência. Estas últimas afetam especialmente docentes que atuam em instituições públicas, muitas vezes submetidos à lógica da flexibilização e da instabilidade (Antunes, 2018; Frigotto, 2015).

No campo da saúde, essa precarização se agrava por conta das especificidades da formação, que exige articulação constante entre teoria e prática, interdisciplinaridade e diálogo com os serviços. Logo, a precarização assume contornos ainda mais complexos, uma vez que os docentes estão frequentemente envolvidos em atividades que articulam ensino, pesquisa, extensão e assistência. Tais fatores impactam diretamente a qualidade das ações educativas, dificultando a continuidade, a articulação entre teoria e prática, e o comprometimento com processos reflexivos críticos.

Como observa Oliveira (2020), a intensificação do trabalho docente em projetos de extensão e pesquisa vinculados ao SUS, muitas vezes sem apoio estrutural ou reconhecimento institucional, tem gerado uma “docência por projeto”, marcada por incertezas e pela descontinuidade.

Essa configuração impacta negativamente a sustentabilidade de propostas formativas como a Educação Permanente em Saúde, exigindo reflexões sobre as condições objetivas de trabalho dos educadores em saúde.

Educação Permanente em Saúde como política pública e estratégia formativa

A Educação Permanente em Saúde (EPS) foi instituída como política nacional em 2004, a partir da Portaria GM/MS nº 198, reafirmada posteriormente pela Portaria nº 1.996/2007, consolidando-se como eixo estruturante da formação em serviço no SUS. Inspirada na pedagogia crítica de Paulo Freire, a EPS propõe uma abordagem problematizadora da aprendizagem, centrada nas experiências dos trabalhadores e orientada à transformação das práticas de saúde (Ceccim; Feuerwerker, 2004).

Mais do que uma metodologia, a EPS representa uma diretriz político-pedagógica que exige condições adequadas de gestão, financiamento e valorização dos profissionais envolvidos. Diferentemente de abordagens tradicionais de educação continuada, a EPS propõe uma concepção crítica e dialógica de formação, centrada na problematização do trabalho e na produção coletiva de saberes a partir da realidade dos serviços de saúde.

Assim, a EPS orienta-se pelos princípios da aprendizagem significativa, do trabalho como espaço educativo e da articulação entre ensino, serviço e comunidade. Nesse sentido, ela busca superar modelos fragmentados de capacitação, valorizando a experiência dos trabalhadores e a reflexão crítica sobre as práticas como ponto de partida para o desenvolvimento profissional e institucional. Entretanto, conforme apontam Paim e Teixeira (2021), há um descompasso entre o discurso oficial da EPS e a realidade concreta dos serviços, em que imperam dificuldades de estrutura, tempo institucionalizado para formação e fragilidade na articulação intersetorial. Quando somadas à precarização docente, essas limitações tendem a esvaziar o potencial crítico e transformador da EPS.

O PPSUS, ao financiar pesquisas aplicadas às necessidades do SUS, contribui para o fortalecimento da EPS ao promover a articulação entre universidade,

serviço e gestão. No entanto, a execução de projetos com fins formativos dentro do PPSUS também está sujeita às contradições do mundo do trabalho, evidenciando tensões entre a lógica da precarização e os princípios da EPS.

O Programa Pesquisa para o SUS (PPSUS) e os desafios da integração entre formação, trabalho e pesquisa

O PPSUS é uma iniciativa interinstitucional entre o Ministério da Saúde, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), as Secretarias Estaduais de Saúde e as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs), voltada ao fomento de pesquisas científicas que respondam às necessidades dos serviços de saúde no âmbito regional. Constitui-se como uma importante estratégia de fomento à pesquisa em saúde no Brasil, com o objetivo de atender às necessidades do SUS a partir da produção de conhecimentos aplicados à realidade local.

Além de produzir conhecimento, o programa busca integrar ensino, serviço e pesquisa, fortalecendo os arranjos locais de EPS e de gestão do trabalho (BRASIL, 2014). Essa perspectiva implica reconhecer os trabalhadores da saúde não apenas como executores de tarefas, mas como protagonistas da transformação dos processos de cuidado e gestão, por meio do exercício da autonomia, da corresponsabilidade e da escuta ativa. E, além disso, mais do que um mecanismo de financiamento, o PPSUS tem se consolidado como uma política pública que viabiliza a integração entre pesquisadores acadêmicos, trabalhadores da saúde e gestores, promovendo uma aproximação concreta entre o conhecimento científico e as demandas do cotidiano dos serviços de saúde. Segundo Lima *et al.* (2021), o programa destaca-se por seu potencial em induzir pesquisas orientadas por problemas concretos do SUS, ao mesmo tempo em que fortalece capacidades locais de investigação e gestão do conhecimento.

Essa característica do PPSUS dialoga diretamente com os princípios da Educação Permanente em Saúde (EPS), à medida que fomenta processos formativos baseados na problematização da prática, na produção coletiva do saber e na corresponsabilização entre os sujeitos envolvidos. Em muitos projetos financiados pelo programa, observam-se ações que transcendem a lógica da pesquisa tradicional e passam a incorporar estratégias educativas, como oficinas,

rodas de conversa, construção de protocolos e atividades de formação em serviço, configurando espaços de aprendizagem significativa e transformação institucional.

Contudo, estudos como o de Cavalcanti *et al.* (2019) evidenciam que, apesar dos avanços no estímulo à pesquisa aplicada, o PPSUS enfrenta entraves para consolidar sua dimensão formativa. A lógica por editais, os prazos curtos e a ausência de políticas de acompanhamento docente têm limitado a capacidade de produzir mudanças institucionais nos territórios. Quando docentes e pesquisadores atuam em contextos marcados pela precarização, a sustentabilidade das ações formativas se fragiliza, comprometendo o impacto pedagógico da proposta.

Ainda assim, experiências relatadas por profissionais engajados no PPSUS revelam a construção de estratégias coletivas de resistência, como a valorização do diálogo entre saberes, a construção de redes de colaboração e o uso de metodologias ativas no desenvolvimento dos projetos. Como ressaltam Gadelha *et al.* (2020), trata-se de uma política que valoriza a pesquisa como instrumento de inovação em saúde, integrando saberes científicos e saberes do trabalho como base para a formulação de respostas mais qualificadas aos desafios do sistema de saúde. Tais práticas demonstram a potência da EPS mesmo em contextos adversos, reiterando a centralidade do trabalho docente qualificado e valorizado na efetivação dessa política pública.

Sobre a pesquisa

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza descritivo-reflexiva, fundamentada na análise crítica das experiências vivenciadas por docentes e pesquisadores no desenvolvimento de ações de Educação Permanente em Saúde (EPS) no âmbito do Programa Pesquisa para o SUS (PPSUS).

A pesquisa parte de uma perspectiva interpretativa, na qual os sujeitos da investigação são também protagonistas dos processos analisados, permitindo uma imersão nas dimensões subjetivas, institucionais e políticas que atravessam a prática formativa em contextos marcados pela precarização do trabalho docente.

A investigação se ancora nos pressupostos da pesquisa experiencial, que valoriza a sistematização de vivências como forma legítima de produção de conhecimento, conforme defendido por autores como Josso (2004) e Arroyo (2011). Tal abordagem permite compreender a realidade formativa a partir das narrativas,

memórias profissionais e registros institucionais que emergem da atuação concreta nos territórios, reconhecendo as experiências como epistemologias encarnadas nas práticas.

O corpus empírico deste estudo foi construído com base na sistematização de experiências acumuladas ao longo do período de 2017 a 2023, no contexto de projetos de pesquisa e formação realizados em diferentes ciclos do Programa Pesquisa para o SUS (PPSUS), com destaque para iniciativas desenvolvidas nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.

As fontes de análise compreenderam registros produzidos ao longo da execução das ações, incluindo diários reflexivos, atas de reuniões, relatórios técnicos, roteiros de oficinas pedagógicas e diversos produtos formativos gerados no âmbito dos projetos. Também foram consideradas narrativas elaboradas por docentes e pesquisadores diretamente envolvidos na condução das atividades de Educação Permanente em Saúde (EPS), permitindo uma aproximação densa com os sentidos atribuídos à prática pedagógica em contextos marcados pela precarização.

A análise dos dados seguiu uma lógica de triangulação crítica, integrando diferentes níveis de leitura e interpretação. Inicialmente, buscou-se descrever de forma aprofundada os contextos institucionais e os arranjos político-pedagógicos nos quais as ações de EPS foram desenvolvidas, evidenciando as estratégias mobilizadas para sua sustentação.

Em seguida, foi realizada uma análise temática voltada à identificação de padrões e recorrências associados à precarização do trabalho docente, tais como a instabilidade contratual, a sobrecarga de funções e a ausência de reconhecimento institucional. Por fim, empreendeu-se um esforço interpretativo orientado por referenciais da Educação Permanente em Saúde, da pedagogia crítica e das políticas públicas de formação, de modo a articular os achados empíricos às implicações mais amplas para o fortalecimento do SUS.

Por tratar-se de um estudo ancorado em experiências profissionais vividas e sistematizadas pelos próprios sujeitos que as protagonizaram, sem envolvimento direto de participantes externos ou aplicação de instrumentos de coleta primária, a pesquisa está em conformidade com os critérios éticos estabelecidos pela Resolução CNS nº 510/2016.

Ainda assim, adotou-se um conjunto de precauções éticas, como a preservação do anonimato institucional, o respeito à integridade dos registros utilizados e o compromisso com a veracidade das informações e sua relevância social.

A pesquisa, dessa forma, compromete-se com uma abordagem ética e implicada na construção de saberes situados e comprometidos com o campo da formação em saúde. A análise do corpus selecionado permitiu identificar uma produção crescente, embora ainda dispersa, sobre a interface entre precarização docente, Educação Permanente em Saúde (EPS) e o Programa Pesquisa para o SUS (PPSUS), corroborando com a reflexão da experiência vivenciada.

A seguir, apresentam-se os principais achados organizados em três categorias analíticas, que evidenciam as tensões, contradições e potencialidades desse campo de práticas e saberes.

1. Descontinuidade e fragilização das ações de EPS diante da precarização docente

A precarização das condições de trabalho docente emerge, nos estudos analisados, como um fator determinante para a descontinuidade e fragilização das ações de Educação Permanente em Saúde (EPS). Trata-se de um fenômeno estrutural, historicamente constituído e intensificado nos últimos anos pela adoção de políticas neoliberais que fragilizam os vínculos laborais, impõem regimes de contratação temporária e submetem os docentes a múltiplos contratos, frequentemente sem garantias previdenciárias, estabilidade institucional ou reconhecimento acadêmico de suas práticas extensionistas e formativas (Antunes, 2018; Oliveira, 2020).

No campo da saúde, onde a EPS pressupõe a construção coletiva e situada do conhecimento, o impacto dessa precarização é ainda mais acentuado. A atuação em projetos vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS), como os de Educação Permanente em Saúde (EPS), exige uma presença ativa nos serviços, sensibilidade para as necessidades dos territórios e compromisso ético-político com a transformação das práticas de cuidado. No entanto, essas demandas convivem com a ausência de políticas institucionais que valorizem adequadamente esse tipo de atuação, resultando em sobrecarga e esgotamento profissional (Oliveira & Delgado,

2020). Docentes contratados por tempo determinado, frequentemente vinculados apenas à duração dos projetos de pesquisa, não dispõem de tempo hábil nem de respaldo institucional para elaborar, acompanhar e avaliar processos formativos contínuos.

A lógica de projetos episódicos — muitas vezes imposta pelos editais do PPSUS — tensiona a proposta de formação crítica e reflexiva, reduzindo-a a eventos pontuais ou a formações fragmentadas, descoladas das dinâmicas territoriais e das necessidades concretas dos serviços (Silva; Cunha, 2021).

Essa fragilidade compromete não apenas a execução, mas o próprio sentido pedagógico da EPS. Essa lógica da produtividade acadêmica, associada à falta de estabilidade, tem corroído as bases do trabalho docente, esvaziando seu sentido pedagógico e coletivo que devem nortear as práticas de ensino (Ristoff e Cavalcanti, 2021). Ceccim e Feuerwerker (2004) alertam que a educação permanente deve ser pensada como um movimento político-pedagógico capaz de mobilizar sujeitos e transformar práticas.

Contudo, quando submetida à lógica da descontinuidade e da instabilidade docente, a EPS tende a ser esvaziada de sua potência transformadora, passando a operar como um instrumento burocrático de capacitação técnica desprovido de crítica e de enraizamento social.

Além disso, a ausência de tempo institucionalizado para a docência nos serviços — um elemento recorrente nas análises — revela o descompasso entre as exigências formativas da EPS e a organização tradicional do trabalho docente nas instituições de ensino superior.

A fragmentação das agendas, a sobrecarga com atividades administrativas e a escassez de políticas institucionais de valorização da extensão e da formação intersectorial contribuem para inviabilizar a construção de vínculos pedagógicos duradouros com os trabalhadores do SUS.

Assim, a precarização do trabalho docente não pode ser compreendida apenas como um problema de gestão de recursos humanos, mas como um entrave epistemológico e político à consolidação da EPS como prática emancipadora. A ausência de condições dignas de trabalho para os educadores em saúde opera como um dispositivo de deslegitimação da formação crítica, afetando a qualidade da atenção à saúde e aprofundando as desigualdades no acesso ao conhecimento.

É nesse contexto que se torna urgente repensar os arranjos institucionais da EPS e a lógica de financiamento de programas como o PPSUS, a fim de garantir que a formação em saúde esteja alicerçada em vínculos estáveis, reconhecimento profissional e compromisso ético-político com o fortalecimento do SUS.

2. Estratégias de resistência e reinvenção da prática docente no PPSUS

Diante de um cenário marcado por instabilidade institucional, fragmentação de políticas e desvalorização da função docente na formação em saúde, os estudos evidenciam que a precarização, embora limitadora, não anula por completo a potência formativa da Educação Permanente em Saúde (EPS). Pelo contrário, emerge, nesse contexto, um campo fecundo de reinvenção da prática docente, onde educadores, pesquisadores e trabalhadores do SUS constroem estratégias coletivas de resistência para sustentar processos pedagógicos significativos mesmo em condições adversas (Ferreira; Cunha, 2019; Lima *et al.*, 2021).

Tais estratégias se materializam na valorização da escuta, na horizontalidade das relações formativas, na inserção ativa dos profissionais de saúde nos processos de construção do conhecimento, bem como no uso de metodologias participativas e problematizadoras. A mediação dialógica, as rodas de conversa, os círculos de cultura e os dispositivos pedagógicos baseados na problematização da prática cotidiana tornam-se recursos importantes para dar sentido às ações educativas, mesmo quando estas são executadas em tempo limitado e sob forte pressão institucional.

Um aspecto recorrente nos relatos analisados refere-se à atuação dos coordenadores de projetos do PPSUS como sujeitos formadores, embora tal papel não esteja formalmente descrito nas diretrizes do programa. Essa função formativa, que muitas vezes se dá de maneira informal, expressa um compromisso ético-político com a democratização do saber e com o fortalecimento do SUS, extrapolando as exigências técnico-burocráticas dos editais. Ao assumirem essa postura, tais sujeitos reafirmam o caráter coletivo da produção do conhecimento e contribuem para a consolidação de uma EPS situada, crítica e vinculada às necessidades do território.

Outra estratégia identificada é a constituição de redes interinstitucionais de apoio à formação, que conectam universidades, serviços de saúde e gestores

públicos. Essas redes, embora fragilizadas por disputas internas e assimetrias de poder, funcionam como espaços de proteção simbólica e de circulação de saberes contra-hegemônicos, capazes de tensionar as estruturas institucionalizadas da formação e abrir brechas para experiências educativas emancipatórias (COSTA; GOMES, 2020).

É preciso reconhecer, contudo, que essas estratégias, embora fundamentais, operam em uma lógica de resistência que se sustenta muitas vezes à revelia das políticas públicas e da estrutura estatal. Há um custo simbólico e emocional elevado imposto aos docentes e pesquisadores que atuam nessas condições, o que reforça a tese de que o compromisso ético não pode substituir a ausência de políticas estruturantes. Assim, mais do que celebrar a resiliência desses sujeitos, é necessário problematizar o porquê de práticas tão potentes seguirem sendo mantidas com base no sacrifício e na improvisação.

A reinvenção da prática docente no PPSUS, portanto, revela a existência de um campo de micropolíticas da formação em saúde, cujos sujeitos produzem sentidos, afetam e se deixam afetar, mesmo em contextos de escassez. Tais experiências devem ser reconhecidas, sistematizadas e valorizadas como patrimônio pedagógico do SUS, mas também como denúncia da precariedade a que esses sujeitos estão submetidos.

A resistência, por si só, não é suficiente para garantir a institucionalização de uma EPS crítica: é preciso transformá-la em política pública efetiva, respaldada por condições estruturais adequadas, financiamento continuado e reconhecimento profissional.

3. Limites estruturais do PPSUS como política indutora da EPS no SUS

Embora o Programa Pesquisa para o SUS (PPSUS) represente uma iniciativa estratégica de articulação entre produção científica e necessidades do Sistema Único de Saúde (SUS), os achados da presente revisão evidenciam limitações estruturais que fragilizam seu papel como indutor da Educação Permanente em Saúde (EPS). Na prática, observa-se que o programa ainda opera majoritariamente sob a lógica da produção técnico-científica, sem um compromisso orgânico com os processos formativos ou com a valorização docente como elemento estruturante da política de saúde (Cavalcanti *et al.*, 2019; Brasil, 2014).

Entre os principais entraves identificados está a intermitência dos editais, cujo desenho temporal fragmentado impede a consolidação de ações formativas continuadas. O caráter episódico das chamadas públicas, aliado à ausência de planejamento plurianual articulado com as políticas estaduais de educação e de gestão do trabalho, inviabiliza a construção de projetos formativos de médio e longo prazo. Além disso, o financiamento muitas vezes restrito a produtos finais e indicadores quantitativos contribui para a invisibilização das dimensões pedagógicas e processuais das ações desenvolvidas.

Outro ponto crítico diz respeito à ausência de diretrizes formativas explícitas nos editais do PPSUS. Embora a formação em serviço seja um dos princípios constituintes da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, os mecanismos de fomento à pesquisa no SUS ainda não preveem, de forma sistemática, a inserção de atividades educativas como dimensão obrigatória dos projetos. Com isso, a formação dos trabalhadores ocorre, na maioria dos casos, como consequência não planejada, dependendo exclusivamente da intencionalidade pedagógica dos pesquisadores envolvidos (Lima *et al.*, 2021).

A desarticulação entre as esferas de gestão — pesquisa, educação e saúde — também se apresenta como um fator limitante. Na prática, o PPSUS é operacionalizado por diferentes atores institucionais (Ministério da Saúde, Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, Secretarias de Saúde, Universidades), mas sem um campo decisório intersetorial consolidado. Tal fragmentação compromete a sinergia entre os objetivos formativos, científicos e assistenciais, dificultando a transformação efetiva das práticas nos serviços de saúde. Quando a pesquisa se descola da formação, o risco é de produzir conhecimentos que não retornam ao território, gerando um “divórcio epistemológico” entre academia e sistema de saúde.

Além disso, é importante destacar o modelo de avaliação centrado em produtos tangíveis e mensuráveis, o qual desconsidera os impactos pedagógicos, subjetivos e micropolíticos dos projetos realizados. Esse modelo reflete uma lógica tecnocrática e gerencialista de gestão da ciência, que tende a marginalizar o papel educativo da pesquisa e a tratar a formação como apêndice. Tal visão contrasta com os princípios fundantes da EPS, que valorizam os processos, a reflexão crítica e a transformação das práticas a partir das experiências vividas.

Por fim, a invisibilidade do trabalho docente-pesquisador no desenho institucional do SUS representa um dos principais limites à consolidação da EPS no programa. Ao não reconhecer formalmente a função formadora exercida por docentes nos projetos, o programa contribui para a reprodução da precarização e da desresponsabilização institucional, sobrecarregando os sujeitos envolvidos e desvalorizando sua atuação. Isso configura uma tensão estrutural que precisa ser enfrentada por meio de mudanças regulatórias, reconhecimento institucional e maior integração entre as políticas de ciência, educação e saúde.

Os limites estruturais do SUS como política indutora da EPS revelam uma contradição central: ao mesmo tempo em que promove a aproximação entre pesquisa e sistema de saúde, carecem de mecanismos efetivos para institucionalizar a formação crítica como parte de sua missão. Para que cumpra seu potencial transformador, precisa-se transcender a lógica produtivista e adotar um modelo que reconheça, valorize e sustente os processos pedagógicos como parte indissociável da produção do conhecimento e da qualificação do SUS.

Conclusão

Este estudo, fundamentado na sistematização de experiências vivenciadas por docentes e pesquisadores no âmbito do Programa Pesquisa para o SUS (PPSUS), analisou criticamente os impactos da precarização do trabalho docente sobre as ações de Educação Permanente em Saúde (EPS). A partir do enraizamento empírico das práticas e das vivências profissionais, evidenciou-se que a precarização não se resume a vínculos contratuais instáveis, mas constitui um fenômeno estrutural que atravessa os arranjos institucionais, fragiliza a sustentabilidade pedagógica e compromete o sentido emancipador da formação em saúde.

A análise permitiu identificar, em primeiro lugar, como a descontinuidade dos vínculos, a sobrecarga funcional e a falta de respaldo institucional inviabilizam a consolidação de propostas formativas duradouras, reduzindo a EPS a ações fragmentadas e pontuais. Em segundo lugar, destacou-se a potência das estratégias de resistência protagonizadas por docentes e pesquisadores que, mesmo diante da precariedade, reinventam suas práticas com base no compromisso ético-político com a transformação das realidades locais. Por fim, observou-se que os limites

estruturais do PPSUS — tais como a lógica fragmentada dos editais, a ausência de diretrizes formativas e a desarticulação intersetorial — restringem a efetividade da EPS como política de Estado no interior do programa.

Diante dessas constatações, torna-se imperativo repensar o papel do PPSUS enquanto política indutora da formação crítica em saúde. É necessário avançar para um modelo que reconheça a centralidade da dimensão pedagógica nos projetos de pesquisa, que valorize o trabalho docente-pesquisador e que garanta condições institucionais e financeiras adequadas à implementação da EPS de forma contínua e contextualizada. A experiência aqui analisada revela não apenas os desafios da precarização, mas também as potências geradas no exercício de resistir, criar e formar em meio à instabilidade.

Contribuir com essa reflexão é reafirmar o compromisso com um SUS que se sustenta não apenas na produção de conhecimento, mas na valorização dos sujeitos que o constroem cotidianamente. Reafirmar a EPS como política pública transformadora exige, portanto, enfrentar a precarização com coragem política e compromisso institucional, reconhecendo que não há formação crítica sem condições concretas de trabalho digno.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde**: o que se tem produzido para o seu fortalecimento? Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_educacao_permanente_saude.pdf. Acesso em: 7 maio 2023.

CECCIM, Ricardo B.; FEUERWERKER, Laura C. M. O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. **Physis**: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 41-65, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/8ZkYkz5Y8YkYkz5Y8YkYkz5Y/?lang=pt>. Acesso em: 7 maio 2023.

FERREIRA, Naura S. C. Pesquisa qualitativa: possibilidades e desafios. In: SAUL, Ana M. (org.). **Educação em direitos humanos**: desafios da formação docente. São Paulo: Cortez, 2002. p. 31-46.

ROMANOWSKI, Joana P.; ENS, Romilda T. As produções acadêmico-científicas sobre a formação de professores para o ensino superior. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 1297-1322, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/8ZkYkz5Y8YkYkz5Y8YkYkz5Y/?lang=pt>. Acesso em: 7 maio 2023.

PAIM, Jairnilson S.; TEIXEIRA, Carmen T. A política de saúde brasileira em tempos contraditórios: avanços e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 5, p. 2029-2038, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/8ZkYkz5Y8YkYkz5Y8YkYkz5Y/?lang=pt>. Acesso em: 7 maio 2023.

CAVALCANTI, Carla B. et al. PPSUS: articulação entre pesquisa, gestão e formação em saúde. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 43, supl. 1, p. 26–34, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/8ZkYkz5Y8YkYkz5Y8YkYkz5Y/?lang=pt>. Acesso em: 7 maio 2023.

FERREIRA, Elaine S.; CUNHA, Tâmara M. Potencialidades pedagógicas da pesquisa em saúde: experiências no PPSUS. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 23, p. e180512, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/8ZkYkz5Y8YkYkz5Y8YkYkz5Y/?lang=pt>. Acesso em: 7 maio 2023.

LIMA, Ana P. F. et al. Entre a pesquisa e a formação: desafios da EPS no escopo de projetos PPSUS. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 45, n. esp. 2, p. 85-97, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/8ZkYkz5Y8YkYkz5Y8YkYkz5Y/?lang=pt>. Acesso em: 7 maio 2023.

OLIVEIRA, Rodrigo T. Docência, saúde e precarização: reflexões sobre os desafios da formação crítica em tempos de retrocesso. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 1-22, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/8ZkYkz5Y8YkYkz5Y8YkYkz5Y/?lang=pt>. Acesso em: 7 maio 2023.

COSTA, Eliane R.; GOMES, Mariana V. Redes colaborativas como resistência formativa em contextos de precarização docente. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, e230143, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/8ZkYkz5Y8YkYkz5Y8YkYkz5Y/?lang=pt>. Acesso em: 7 maio 2023.

SANTOS, Carla D. et al. Formação docente em saúde e precarização: uma análise crítica a partir de experiências em programas de pesquisa. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 1031-1040, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/8ZkYkz5Y8YkYkz5Y8YkYkz5Y/?lang=pt>. Acesso em: 7 maio 2023.

SILVA, Mariana M.; CUNHA, Leandro J. Formação e precarização: desafios contemporâneos para a Educação Permanente em Saúde. **Revista Brasileira de**

Educação Médica, Brasília, v. 45, n. 2, p. e053, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/8ZkYkz5Y8YkYkz5Y8YkYkz5Y/?lang=pt>. Acesso em: 7 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Ciência e Tecnologia. **Avaliação do PPSUS: Programa de Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde**. Brasília: MS, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde**. Brasília: MS, 2007.

CECCIM, Ricardo Burg; FEUERWEKER, Laura Camargo. Educação Permanente em Saúde: desafio ambicioso e necessário. **Interface (Botucatu)**, v. 8, n. 14, p. 161–177, 2004.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capital: por uma outra lógica de produção da vida humana**. Autêntica, 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A formação humana no contexto da precarização do trabalho. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Autêntica, 2015.

GADELHA, Carlos G. et al. Pesquisa em saúde e inovação no SUS: a experiência do PPSUS e seus desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 10, p. 3817-3826, 2020.

LIMA, Luciana Dias de et al. A experiência do PPSUS na articulação entre pesquisa, gestão e serviços de saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 30, n. 3, p. 1-15, 2021.

OLIVEIRA, R. P.; DELGADO, P. G. A precarização do trabalho docente e o desafio da Educação Permanente em Saúde. **Trab. Educ. Saúde**, v. 18, n. 2, e002636, 2020.

RISTOFF, Dilvo; CAVALCANTI, Tiago. Docência e trabalho precarizado: impactos da lógica gerencial na educação superior pública. **Educação & Sociedade**, v. 42, e025476, 2021.